



AGRO PRODUZ 29% DA OFERTA DE ENERGIA DO PAÍS, DIZ ESTUDO DA FGV

A energia produzida pelo agronegócio, especialmente a partir da biomassa da cana-de-açúcar, é responsável por 29% da oferta nacional de energia, de acordo com um estudo produzido pelo observatório de bioeconomia da FGV (Fundação Getulio Vargas).

Considerando toda a energia disponível em 2023, o estudo mostra que a participação do agronegócio na produção de energia no Brasil, que inclui tanto a geração de eletricidade a partir de matérias-primas agrícolas quanto o uso de biocombustíveis em substituição aos combustíveis fósseis, avançou de forma significativa, já que em 1970

representava 9,7%.

O estudo leva em conta toda a energia que é utilizada pelos diferentes setores econômicos -incluindo dos domicílios, indústria e setor de transportes, por exemplo- e contempla não só a energia elétrica, mas também a dos combustíveis e a chamada energia primária, segundo o coordenador do núcleo de bioenergia do observatório da FGV, Luciano Rodrigues.

"Quando queimo lenha, ela não é convertida em energia elétrica e combustível, mas foi gerada energia no processo, para tocar uma indústria. A matriz energética contempla todo tipo de energia que é gerada no país", disse.

Estão incluídos no cálculo da bioenergia vinculada ao agro a biomassa da cana-de-açúcar -a principal delas-, lenha e carvão vegetal, óleos vegetais, lixívia (resíduo da indústria de papel e celulose), biogás e outras biomassas, como a do milho.

Sozinha, a biomassa de cana representa 16,87% da bioenergia vinculada ao agro, seguida pela lenha e carvão vegetal, com 5,20%.

O estudo identificou primeiro todos os setores de energias ligadas ao agro, tanto primárias quanto secundárias, e desagregou os dados, quando necessário.

Marcelo Toledo/FolhaPress



DESTAQUES DO DIA



INSS prepara mudanças na licença-maternidade das autônomas e prevê gasto de R\$ 12 bi em 2026

Página 3

Caixa dá até 90% de desconto em dívidas renegociadas por clientes

Página 3



Bobbie Goods: o que se sabe sobre os livros de colorir que viraram mania

Página 12



Cármem Lúcia compara responsabilização de big techs a criação de código de trânsito para carros

Página 4

Moraes é alvo de questionamentos após veto a gravar acareação alegando risco de vazamento

Página 4

NO MUNDO

Há 50 anos independente, Moçambique busca novo projeto de país



Apenas 50 anos separam a história de Moçambique antes e depois da independência, um momento que resultou de anos de luta armada contra Portugal e consolidou um projeto de base socialista no país em plena Guerra Fria.

As celebrações da data, comemorada nesta quarta-feira (25), acontecem ao largo de um cenário de instabilidade política e crise de representação em que os moçambicanos refletem sobre qual nação foi construída nesse meio

século de soberania -e qual é a possível para o futuro.

Após uma eleição disputada em outubro passado e amplamente denunciada como fraudulenta pela oposição à Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), que governa o país desde a primeira gestão independente, protestos violentos irromperam pelo país, em particular na capital, Maputo, e no norte, com mais de 300 mortos e milhares de feridos e detidos até a posse de Daniel Chapo, no dia 15 de janeiro, de acordo com grupos da

sociedade civil.

Há um movimento de diálogo interpartidário que, embora tenha reduzido substancialmente os protestos, recebe críticas por ser pouco representativo dos desejos de parte considerável da população, em particular de camadas mais jovens descontentes que compuseram as manifestações --também reflexo global de desconfiança generalizada em eleições e instituições democráticas.

Guilherme Botacini/FolhaPress

Corpo de Juliana Marins é resgatado de penhasco na Indonésia



O corpo da turista brasileira Juliana Marins, 26, foi resgatado do penhasco nesta quarta-feira (25).

Juliana havia caído no local na sexta-feira (20) enquanto fazia uma trilha para alcançar o cume de um vulcão no Monte Rinjani.

Ela foi localizada com vida, mas o resgate só a alcançou nesta terça-feira (24), quando já estava morta.

"Felizmente alhamdulillah, a equipe conjunta da SAR finalmente conseguiu resgatar Juliana de Souza

Navio com 3.000 veículos zero km afunda três semanas após incêndio

O cargueiro Morning Midas, que pegou fogo no início de junho com mais de 3.000 carros zero km a bordo, afundou nesta segunda-feira (23) em águas internacionais ao sul do Alasca, segundo a Guarda Costeira dos EUA.

Naufrágio ocorreu a 5 mil metros de profundidade. O Morning Midas afundou na segunda-feira, por volta das 16h35 (horário local), em uma área remota do Pacífico Norte, a cerca de 770 km da costa do Alasca. Segundo comunicado da

operadora Zodiac Maritime, o casco foi comprometido por semanas de incêndio e más condições climáticas. A água invadiu os compartimentos e o navio afundou em uma região com cerca de 5.000 metros de profundidade.

Navio carregava combustível e óleo pesado. A embarcação transportava 350 toneladas de gás combustível (MGO) e 1.530 toneladas de óleo combustível de baixo teor de enxofre (VLSFO), segundo a Marine News Magazine. FolhaPress



Pereira Marins", informou o perfil da polícia local.

Segundo o órgão, o corpo será levado para o Hospital Bhayangkara Polda NTB.

"Esta missão é uma prova da sinergia e dureza da equipa SAR indonésia. Obrigado à comunidade pelas orações e apoio. Que este evento seja um lembrete da importância da vigilância para desfrutar da natureza", publicou o órgão.

O drama começou na sexta-feira (20), depois de Juliana cair durante a trilha que fazia para chegar até o cume do vulcão, na

ilha de Lombok. Segundo a família, ela teria relatado que estava cansada durante o trajeto que levaria três dias, e o guia teria dito para ela descansar enquanto o grupo seguiu caminhando. Sozinha, a brasileira teria caído em um local íngreme, de difícil acesso.

As equipes de busca foram reforçadas após as críticas da família. Os governos da Indonésia e do Brasil se mobilizaram e anunciaram ações para tentar salvar a turista. O resgate gerou comoção nas redes sociais. Francisco L./FolhaPress

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

◀ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◀ Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◀ EDITORIAL: Daniela Camargo
◀ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◀ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Uber mira mercado logístico e lança frete nacional em parceria com a Loggi



A Uber, em parceria com a Loggi, agora faz entregas para outros estados. O programa em fase piloto desafia os Correios, já que o aplicativo da plataforma de transporte está instalado no celular de milhões de brasileiros.

Flash Nacional é o nome da nova categoria de entrega de itens da Uber em parceria com a Loggi. Na prática, as pessoas poderão enviar pacotes para qualquer cidade do Brasil. Até então, a categoria Flash só permitia envios para endereços locais.

Sistema está funcionando

em fase piloto em Campinas (SP) e Curitiba (PR); cobertura vai aumentar para todas as cidades nos próximos meses. A empresa não detalhou o preço do serviço nem como fica a divisão de faturamento entre Uber e Loggi.

A vantagem dessa parceria é que milhões de pessoas já usam o app da Uber para locomoção. No fundo, o app de transporte "entra" com os usuários, enquanto a Loggi conta com uma malha logística de alcance nacional. Segundo a aplicação de transporte, 125 milhões de brasileiros

já utilizaram a Uber uma vez (o número representa 80% da população adulta do país).

Fora isso, o serviço é bem semelhante ao oferecido pelos Correios e outras transportadoras. A pessoa solicita a retirada do produto e pode ir monitorando status da entrega dentro do próprio app da Uber.

"A parceria com a Loggi fortalece nossa estratégia de ampliar o Uber Flash para entregas intermunicipais e interestaduais, conectando pessoas e empresas de forma rápida, segura e eficiente. FolhaPress

Caixa dá até 90% de desconto em dívidas renegociadas por clientes

Tudo em Dia Caixa é o nome da campanha que a Caixa Econômica Federal lançou para ajudar os clientes (pessoas físicas e empresas) a quitarem suas dívidas comerciais, com até 90% de desconto.

O banco público estima que cerca de 5,8 milhões de clientes, sendo 5,3 milhões de pessoas físicas e 476 mil pessoas jurídicas, podem regularizar seus débitos, abrangendo um total de 8,5 milhões de contratos.

Mais de 85% dos clientes deste público alvo da campanha podem liquidar suas dívidas pagando até R\$ 2 mil, calcula a instituição

financeira. Não há limite de dívida.

Após o pagamento do boleto, o contrato é confirmado. Com isso, o nome do cliente será retirado dos cadastros de restrição de crédito (como SPC/Serasa) em até cinco dias úteis e a pessoa volta a ter acesso a crédito.

Onde negociar

As negociações dos débitos em atraso podem ser realizadas presencialmente por canais digitais e remotos do banco. São eles:

em qualquer agência bancária da Caixa Econômica Federal. Daniella Almeida/ABR



INSS prepara mudanças na licença-maternidade das autônomas e prevê gasto de R\$ 12 bi em 2026



O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vai mudar as regras para concessão da licença-maternidade das trabalhadoras autônomas a partir de julho. A medida atende a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), tomada em março de 2024.

O impacto aos cofres públicos é de gasto extra de R\$ 12 bilhões em 2026, R\$ 15,2 bilhões em 2027, R\$ 15,9 bilhões em 2028 e de R\$ 16,7 bilhões em 2029, segundo a Previdência Social.

Neste ano, a mudança deve exigir adicional de R\$ 2,3 bilhões a R\$ 2,7 bilhões, já considerando ações de revisão para quem teve o

benefício concedido neste período de março de 2024 a junho de 2025 com as regras antigas.

Em março de 2024, os ministros do Supremo consideraram inconstitucional a regra de pagamento do salário-maternidade para autônomas, que determina no mínimo dez contribuições ao INSS, ante a norma para trabalhadora contratada pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que tem o benefício ao pagar uma contribuição.

A decisão foi tomada ao julgar a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2.110, de 1999, que contestava parte da reforma da Previdência do governo do então presidente Fernando

Henrique Cardoso (FHC). A reforma foi considerada constitucional, essa norma, não.

Até então, a regra para liberar o benefício a segurados que contribuem com o INSS por conta própria exige no mínimo dez pagamentos à Previdência. A diferenciação foi trazida na reforma da Previdência de 1999, implantada por meio da lei 9.876.

A norma vigorou por mais de 20 anos. Para as trabalhadoras contratadas pelo regime da CLT, basta apenas uma contribuição para ter direito ao afastamento por parto, adoção ou aborto. Cristiane Gercina/FolhaPress

POLÍTICA

Bolsonaro diz que decisões do STF criam 'ambiente' para reeleição de Lula



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta quarta-feira (25) que decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) estão criando o que chamou de "ambiente" para reeleição do presidente Lula (PT).

De acordo com ele, há um cenário em que não pode haver contestação à campanha petista. Ele lembrou decisões do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de 2022, quando sua candidatura não pode vincular Lula a ditaduras em inserções de rádio e TV.

"Se, de acordo com decisão final do que Supremo já decidiu, realmente vai ser complicado as eleições do ano que vem. Se prepara um ambiente, se Lula vier candidato, ele ser reeleito. Porque não vai ter qualquer contestação", disse Bolsonaro, em entrevista à rádio bolsonarista AuriVerde Brasil.

Em sua fala, o ex-presidente não deixa claro quais exatamente seriam essas decisões que favoreceriam Lula na campanha. Bolsonaro está inegável e a disputa na direita pela sucessão

já ocorre nos bastidores, ainda que ele publicamente não admita essa possibilidade.

Pesquisa Datafolha do último dia 16 mostra cenário em que Lula lidera intenção de voto para o primeiro turno, e que Bolsonaro seria o adversário mais competitivo.

Em simulações de segundo turno, o petista aparece empatado com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo.

Marianna Holanda

Cármem Lúcia compara responsabilização de big techs a criação de código de trânsito para carros



A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Carmen Lúcia, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), defendeu nesta quarta-feira (25) a regulação das redes sociais e criticou a postura das big techs em fala durante evento da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

A declaração foi feita a horas da retomada do julgamento de dois recursos que discutem o Marco Civil da Internet e a responsabilidade das plataformas pelo conteúdo divulgado por terceiros. Faltam votar no caso ela e os ministros Edson Fachin e Kassio Nunes Marques.

O ministro Alexandre de Moraes, que votou no

Moraes é alvo de questionamentos após veto a gravar acareação alegando risco de vazamento

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou nesta terça-feira (24) um pedido das defesas do processo sobre a trama golpista para gravar a acareação entre o tenente-coronel Mauro Cid e o general e ex-ministro Walter Braga Netto.

Segundo Moraes, a negativa seria importante para evitar que os réus fossem submetidos a pressões indevidas e a instrução do processo não sofresse com possíveis vazamentos da audiência.

"O pedido foi indeferido

uma vez que a acareação é ato de instrução do Juízo e não ato da defesa e para evitar pressões indevidas, inclusive por meio de vazamentos pretéritos do que seria ou não perguntado aos corréus, que poderiam comprometer a instrução processual penal", diz trecho da ata da audiência.

Este foi o primeiro ato do processo sobre a trama golpista que não foi gravado. O procedimento diverge do adotado nos depoimentos das testemunhas e nos interrogatórios dos réus.

Cézar Feitosa/FolhaPress



último dia 12, também participou virtualmente do painel. O advogado-geral da União, Jorge Messias, da AGU (Advocacia-Geral da União), esteve pessoalmente no evento, organizado por agências de checagem e realizado na sede da FGV, no Rio de Janeiro. Na plateia havia representantes do Google e do Kwai.

"O grande desafio que nós temos é como manter a liberdade de expressão, se muitas vezes temos a ideia de que a captura da liberdade de expressão seria cerceada com a regulação das redes. Ora, quando tínhamos charretes, carroças, não havia código de trânsito. Com a criação dos carros, foi necessário criá-la", afirmou Cármem Lúcia.

A ministra discordou do presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen Leal, que na fala de abertura do evento traduziu fake news como "fofoca maledicente".

"Sempre houve fofocas maledicentes, mas há um mundo que acabou. A maledicência, a mal-querência não produzia os maus efeitos de hoje. Um modelo de mundo acabou e neste há ambientes capazes de matar pessoas sem se valer de armas físicas."

"Minha geração soube o que é censura e somos taxativamente contra qualquer tipo de censura. Quem pretende capturar esse discurso e nos fazer refém não terá nenhum êxito", disse a ministra.

Yuri Eiras/FolhaPress

PUBLICIDADE LEGAL

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 | Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 18/06/2025, às 09:00 horas, na sede social da Arteris S.A. ("Arteris" ou "Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Sérgio Moniz Barretto Garcia; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Apreciar, discutir e deliberar sobre, nos termos das alíneas (viii) e (x) do artigo 14 do estatuto social da Companhia; (i) a realização da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória adicional ("Notas Comerciais Escriturais"), de sua controlada Autopista Fluminense S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em fase operacional, com sede na cidade de Niterói-RJ, na Rua Quinze de Novembro, nº 4, Salas 902 e 903, Bloco 2, CNPJ nº 09.324.949/0001-11 ("Emissora"), composta por 110.724.495 Notas Comerciais Escriturais, no valor total de R\$110.724.495,00 na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Emissão"), nos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26/08/2021, as quais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), a serem distribuídas sob regime de garantia firme de colocação; (ii) a celebração do "Termo da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Autopista Fluminense S.A." ("Termo de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de fiadora, a Emissora e a Vórtex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo-SP, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CNPJ nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de representante dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário" e "Titulares", respectivamente) e dos demais documentos da Oferta; **4.2.** Apreciar, discutir e deliberar sobre, nos termos da alínea (vii) do artigo 14 do estatuto social da Companhia, a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na modalidade fiança ("Fiança"), em favor dos Titulares, com renúncia a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 301, 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), a qual entrará automaticamente em vigor, tornando-se plenamente eficaz e exigível, na data de assinatura do Termo de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos conforme disposto no Termo de Emissão; e **4.3.** Autorizar a Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais, a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações dispostas nos itens 4.1 e 4.2 acima, caso aprovadas, inclusive, mas sem limitação, a negociação e definição de termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, à Oferta, à Fiança, bem como a celebrar todos os instrumentos e respectivos aditamentos necessários à implementação da Oferta, da Emissão e da Fiança, e autorizar a administração da Emissora a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários para a implementação da Emissão e da Oferta; e **4.4.** Ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar a realização da Emissão e da Oferta pela Emissora, com as seguintes principais características: **a. Quantidade, Número de Séries, Valor Nominal Unitário e Valor da Emissão:** A Emissão será composta por 110.724.495 Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,00 ("Valor Nominal Unitário"), totalizando R\$110.724.495,00 na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **b. Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será a data a ser definida no Termo de Emissão ("Data de Emissão"); **c. Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais, conforme previstas no Termo de Emissão, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de 548 dias corridos contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em data a ser prevista no Termo de Emissão ("Data de Vencimento"); **d. Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais:** As Notas Comerciais Escriturais não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; **e. Amortização:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais, conforme previstas no Termo de Emissão, e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos previstos no Termo de Emissão, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será realizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais; **f. Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), base 252 Dias Úteis ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do spread ou sobretaxa equivalente a 1,65% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Sobretaxa") e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração". A Remuneração será calculada nos termos do Termo de Emissão; **g. Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais, conforme previstas no Termo de Emissão, e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido na data a ser prevista no Termo de Emissão e o último na Data de Vencimento, conforme previsto na tabela abaixo (cada uma delas, indistintamente, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); e **h. Multa e Juros Moratórios:** Ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Titulares nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (i) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2%, sendo ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **5.2.** Aprovar a prestação da Fiança como garantia do integral, fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e/ou acessórias, presentes e/ou futuras assumidas pela Emissora perante os Titulares no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, a Remuneração, os Encargos Moratórios, honorários do Agente Fiduciário, todos os custos e despesas incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas, taxas judiciais, verbas indenizatórias e tributos incorridos pelo Agente Fiduciário na salvaguarda dos direitos dos Titulares e/ou pelos Titulares ("Obrigações Garantidas"); **5.3.** Autorizar a Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais, a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações acima, inclusive, mas sem limitação, a negociação e definição de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, à Oferta e à Fiança, bem como a celebrar todos os instrumentos e respectivos aditamentos necessários à implementação da Oferta, da Emissão das Notas Comerciais Escriturais e da Fiança ora aprovadas, e autorizar a administração da Emissora a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários para a implementação da Emissão e da Oferta; e **5.4.** Ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão em consonância com as deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente: Sr. Sérgio Moniz Barretto Garcia; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sérgio Moniz Barretto Garcia, Marcos Pinto Almeida, Fernando Martinez Caro, Ronald José Paz Vargas, Francisco José Aljaro Navarro, Martí Carbonell Mascaró, Jorge Fernandez Montoli e Carlos Garcia Cabrera. Certifico que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo, 18/06/2025. (ass.:) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 229.966/25-1 em 23/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

VR Shopping Servicos Administrativos e de Intermediação S.A.

CNPJ/MF nº 19.734.676/0001-37 – NIRE 35.300.578.244

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de maio de 2025

Data, Hora e Local: No dia 01/05/2025, às 10:00 horas, na sede da VR Shopping Servicos Administrativos e de Intermediação S.A., na Alameda Madeira, nº 162, Edifício Quebec, 16º andar, conjuntos 1.607 e 1.608, Alphaville Centro Empresarial, Alphaville, Barueri-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Simone Luis Fernandes Marques; e Secretária: Déborah Cristiane da Silva Almeida. **Ordem do Dia:** (i) alteração de endereço da Sede da Companhia; (ii) destituição de Diretores (iii) nomeações de novos Diretores; (iv) alteração de cargo do Sr. Cassio Souza Carvalho; (v) consolidação da diretoria administrativa; (vi) alterações das cláusulas 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 do Estatuto Social; (vii) consolidação do Estatuto Social. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) A alteração do endereço da sede da Companhia, que passará a ser na Avenida dos Bandeirantes, nº 460, parte, Brooklin Paulista, São Paulo/SP. Desta forma, a Cláusula 2ª do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 2ª.** A Companhia tem sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes, nº 460, Parte, Bairro Brooklin Novo, CEP 04553-900." (ii) A destituição dos seguintes Diretores sem designação específica: a) **Fabio Miguel Kezam**, portador da Cédula de Identidade nº 25.188.256-1, e do CPF/MF nº 246.076.108-28; e b) **Marcelo Cavallini**, RG nº 12.310.529-8, CPF nº 073.713.538-70. (iii) A nomeação dos seguintes membros, mediante assinatura de seus respectivos Termos de Posse e Declaração de Desimpedimentos, para mandato unificado com os demais membros da Diretoria eleitos na AGE de 01/11/2023, estendendo-se até 01/11/2025: a) **Simone Luis Fernandes Marques**, RG nº 19.469.572-4 SSP/SP e CPF/MF nº 142.068.328-46, para o cargo de **Diretora Presidente**; b) **André Takemoto**, RG nº 29.461.559 SSP/SP e CPF/MF nº 227.389.368-06, para o cargo de **Diretor Financeiro**; c) **André Vinicius Batalini Menesse**, RG nº 238004387 SSP/SP e CPF/MF nº 206.310.688-64, para o cargo de **Diretor de Plataforma**; d) **João Renato Altman**, RG nº 32.334.212-7 SSP/SP e CPF/MF nº 310.455.208-88, para o cargo de **Diretor de Recursos Humanos**; e) **Karina Pereira Meyer**, RG nº 290071471 SSP/SP e CPF/MF nº 286.536.308-21, para o cargo de **Diretora de Marketing**; f) **Marcio Del Nero**, RG nº 18.089.048-7 SSP/SP, CPF/MF nº 089.270.418-79, para o cargo de **Diretor de Responsabilidade Fiscal**; g) **Renato Jorge Galvão Teixeira**, RG nº 3.995.924-40 SSP/BA e CPF/MF nº 931.484.025-53, para o cargo de **Diretor de Negócios Pessoa Jurídica**; e h) **Willian Tadeu Gil**, RG nº 28608066-7 SSP/SP e CPF/MF nº 298.800.988-03, para o cargo de **Diretor de Relações Governamentais e Governança Corporativa**. (iv) Aprovar a alteração do cargo do Sr. Cassio Souza Carvalho, RG nº 30.833.295-7 SSP/SP e CPF/MF nº 223.876.898-01, de Diretor sem Designação Específica para Diretor de Negócios Pessoa Física. (v) Como forma de consolidação, a Diretoria da Companhia é composta pelos seguintes membros, sendo permitida a reeleição: a) **Simone Luis Fernandes Marques**, como **Diretora Presidente**; b) **André Takemoto**, como **Diretor Financeiro**; c) **André Vinicius Batalini Menesse**, como **Diretor de Plataforma**; d) **Cassio Souza Carvalho**, como **Diretor de Negócios Pessoa Física**; e) **João Renato Altman**, como **Diretor de Recursos Humanos**; f) **Karina Pereira Meyer**, como **Diretora de Marketing**; g) **Marcio Del Nero**, como **Diretor de Responsabilidade Fiscal**; h) **Renato Jorge Galvão Teixeira**, como **Diretor de Negócios Pessoa Jurídica**; i) **Willian Tadeu Gil**, como **Diretor de Relações Governamentais e Governança Corporativa**; todos acima qualificados. (vi) Aprovar a alteração das cláusulas 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 do Estatuto Social. As cláusulas passarão a ter as seguintes redações: "**Cláusula 13.** A Companhia terá uma Diretoria constituída de, no mínimo, 2 diretores, acionistas ou não, mas todos os residentes no País e eleitos pela assembleia geral, sendo obrigatoriamente um deles o(a) Diretor(a) Presidente. **Cláusula 14.** Os Diretores terão prazo de mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. **Cláusula 15.** Os diretores reunir-se-ão sempre que necessário, mediante à convocação escrita de qualquer de seus membros. Para que a reunião possa ser instalada e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos ou de dois se só houver dois diretores em exercício. **§ 1º.** A convocação deverá ser feita mediante aviso escrito, dispensando-se esse aviso escrito sempre que houver reunião com a presença ou a representação da totalidade dos diretores ou todos se declararem por escrito, cientes do local, data, hora, e ordem do dia da reunião. **§ 2º.** As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes e serão registradas em ata lavrada no livro de atas da administração. **§ 3º.** Os diretores que transmitiram seu voto por qualquer outra forma escrita, física, eletrônica, serão considerados presentes. **Cláusula 16.** Compete aos diretores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Estatuto Social, dispondo, entre os poderes, dos necessários para: a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer outra forma adquirir bens móveis da Companhia, observadas as restrições previstas neste Estatuto Social; e d) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Companhia. Parágrafo Único. A representação da Companhia, em juízo e/ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete, isoladamente, a qualquer diretor, observadas as restrições previstas no Artigo 17 abaixo. **Cláusula 17.** Todos os atos e documentos que importem em responsabilidade e obrigação da Companhia, serão obrigatoriamente assinados por: a) pelo(a) Diretor(a) Presidente ou pelo Diretor de Relações Governamentais e Governança Corporativa em conjunto com qualquer um dos Diretores; b) por 1 Diretor em conjunto com 1 Procurador, nos limites de atuação da procuração; ou c) por 2 Procuradores, em conjunto, nos limites de atuação da procuração, desde que investidos de poderes especiais para tanto. **Cláusula 18.** São expressamente vedados, sendo nulos e independentes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social. **Cláusula 19.** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão assinadas pelo(a) Diretor(a) Presidente em conjunto com o Diretor de Relações Governamentais e Governança Corporativa. Com exceção daquelas procurações para fins judiciais, as demais terão um prazo de validade limitado ao máximo de 2 anos." (vii) Em razão das alterações das Cláusulas anteriores, aprovam a renumeração das cláusulas subsequentes do Estatuto Social. (viii) Em razão das alterações aprovadas, foi deliberada e aprovada a consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavou a presente ata. São Paulo/SP, 01/05/2025. Assinaturas: Mesa: **Simone Luis Fernandes Marques** – Presidente; **Déborah Cristiane da Silva Almeida** – Secretária. Acionistas: **VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.** Simone Luis Fernandes Marques e Willian Tadeu Gil. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 177.657/25-0 em 03/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Ferci S.A.

CNPJ/MF nº 60.806.460/0001-33 – NIRE 35.300.064.097

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

A administração em exercício da FERCI S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Henry Ford, 1400, Bairro Mooca, São Paulo/SP (Companhia), em conformidade com os arts. 121 e 132 da Lei nº 6.404/76, convoca os Srs. acionistas para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada presencialmente no dia **07/07/2025**, às 11:00hs (onze horas), em 1ª convocação, na sede social da Companhia, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) alterar o estatuto social para incluir no objeto social a atividade de indústria viabilizando corte e dobra de metais, e oxicorte; e (ii) promover a abertura de filial que atuará especificamente na atividade industrial; e (iii) aprovação da consolidação do estatuto social, caso aprovadas as alterações propostas. São Paulo, **25/06/2025**. A diretoria em exercício, **Sandra Fernandes e Marta Fernandes Toschi**. (25, 26 e 27/06/2025)

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,5421 / R\$ 5,5427 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,5554 / R\$ 5,5574 *

Turismo - R\$ 5,5856 / R\$

5,7656

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: +0,69%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -1,02%

Pontos: 135.767

Volume financeiro: R\$

19,380 bilhões

Maiores altas: Vamos

ON (3,48%), Raízen

PN (1,83%), WEG ON

(0,92%)

Maiores baixas: CSN ON

(-4,98%), Braskem PNA

(-4,46%), Usiminas PNA

(-4,29%)

S&P 500 (Nova York):

-0,0%

Dow Jones (Nova York):

-0,25%

Nasdaq (Nova York):

0,31%

CAC 40 (Paris): -0,76%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,61%

Financial 100 (Londres):

-0,46%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,39%

Hang Seng (Hong Kong):

1,23%

Shanghai Composite

(Xangai): 1,03%

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

📞 Contato: (11) 3361-8833

✉️ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Green4T Participações S.A.

CNPJ/MF nº 26.210.970/0001-05

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	64	878	13.578	10.835
Contas a receber	-	-	67.523	49.540
Estoques	-	-	3.962	5.970
Impostos a recuperar	291	299	21.674	16.541
Outros créditos	9	74	9.354	9.048
Total do Ativo Circulante	364	1.251	116.091	91.934
Não Circulante				
Partes relacionadas	12.034	27.053	2.467	26.367
Impostos diferidos	-	-	-	3.591
Outros créditos	-	-	1.453	36.741
Investimentos	4.454	2.604	-	109
Bens de direito de uso	-	-	6.135	10.629
Imobilizado	20	78	12.975	13.951
Intangível	625.484	628.035	743.559	755.230
Total do Ativo Não Circulante	641.992	657.770	766.589	846.618
Total do Ativo	642.356	659.021	882.680	938.552

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Fornecedores	2	12	30.871	17.802
Empréstimos e financiamentos	-	-	20.938	13.042
Arrendamento mercantil	-	-	3.287	3.335
Obrigações tributárias	4	1	10.973	8.117
Salários e encargos	3	-	11.121	12.596
Adiantamentos de clientes	-	-	6.806	8.222
Outras contas a pagar	-	-	3.965	11.125
Total do passivo circulante	9	13	87.961	74.239
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	9.821	16.249
Arrendamento mercantil	-	-	3.976	7.448
Debêntures	-	-	275.955	253.285
Obrigações tributárias	-	-	3.482	1.152
Adiantamentos de clientes	-	-	4.105	7.929
Partes relacionadas	204.775	210.505	75.853	141.821
Provisões	23.670	18.385	7.518	6.458
Outras contas a pagar	-	-	30	66
Total do passivo não circulante	228.445	228.890	380.740	434.408
Patrimônio Líquido				
Capital social	1.200	1.200	1.200	1.200
Reserva de capital	787.856	787.856	787.856	787.856
Reserva de lucros	150	150	150	150
Prejuízos acumulados	(364.510)	(344.644)	(364.510)	(344.644)
Outros resultados abrangentes	(10.794)	(14.444)	(10.794)	(14.444)
Participação de acionistas não controladores	-	-	77	(213)
Total do Passivo e Líquido	413.902	430.118	413.979	429.905
Total do Passivo e Líquido	642.356	659.021	882.680	938.552

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(19.866)	(50.217)	(19.866)	(50.217)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado na conversão das demonstrações financeiras de controladas situadas no exterior	3.650	(2.157)	3.650	(2.157)
Resultado abrangente total do exercício	(16.216)	(52.374)	(16.216)	(52.374)

Demonstrações dos Resultados Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	-	-	295.822	262.147
Custo dos serviços e das mercadorias vendidos	-	-	(190.094)	(174.819)
Lucro bruto	-	-	105.728	87.328
Recargas (despesas) operacionais	(41)	-	(21.974)	(27.488)
Despesas comerciais	(648)	(629)	(31.556)	(22.295)
Resultado de equivalência patrimonial	(15.414)	(48.795)	-	(2)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(2.338)	(415)	(20.535)	(16.499)
Lucro ou (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(18.441)	(49.839)	31.663	21.044
Resultado financeiro	7.531	2.159	11.949	13.181
Recargas financeiras	(8.956)	(2.537)	(51.536)	(59.662)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da CSLL	(19.866)	(50.217)	(7.924)	(25.437)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(10.293)	(3.370)
Correntes	-	-	(1.279)	992
Diferidos	-	-	-	-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.200	787.856	150	(294.427)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	(50.217)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(2.157)	(2.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.200	787.856	150	(344.644)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	(19.866)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	3.650	3.650
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.200	787.856	150	(364.510)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(19.866)	(50.217)	(19.866)	(50.217)
Resultado das operações descontinuadas	-	-	490	(14.158)
Equivalência Patrimonial das investidas descontinuadas	-	-	-	(9.320)
Resultado líquido no exercício antes das participações atribuíveis aos:	(19.866)	(50.217)	(19.006)	(51.293)
Participação do acionista controlador – operação continuada	(19.866)	(50.217)	(19.496)	(27.815)
Participação do acionista controlador – operação descontinuada	-	-	490	(23.478)
Participação do acionista controlador – Total	(19.866)	(50.217)	(19.006)	(51.293)
Participação do acionista minoritário – operação continuada	-	-	(860)	(1.076)
Participação do acionista minoritário – operação descontinuada	-	-	-	-
Participação do acionista minoritário – Total	-	-	(860)	(1.076)
Prejuízo do exercício	(19.866)	(50.217)	(19.866)	(50.217)

Eduardo Casasanta Marini
Diretor PresidenteJosé Fernando Almeida de Andrade Júnior
Vice-Presidente/ CFODiego Pereira de Araújo
Contador – CRC-SP 306.048/O

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.866)	(50.217)	(7.924)	(48.915)
Ajustes para reconciliar o prejuízo (lucro) antes do imposto de renda com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	15.414	48.795	109	9.375
Provisão (reversão) estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.485	500
Provisão (Reversão) de provisões de contingências e estoque	(288)	-	1.390	552
Provisões (Reversões) passivas	-	20.342	-	4.668
Provisão (Reversão) para perda de Investimentos	(4.050)	(19.775)	-	-
Depreciações e amortizações	58	56	12.339	12.339
Resultado apurado por baixa de investimentos de controladas	7.119	-	-	(9.484)
Redução de dívida por venda de controlada	-	-	-	(27.839)
Adições e baixas de ativo imobilizado e direito de uso	-	-	1.568	6.062
Juros apropriados	-	48	-	(192)
Juros apropriados	-	-	28.659	42.794
Efeitos de hiperinflação na Argentina	-	-	-	(3.713)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	490	-
Outros resultados abrangentes	-	-	3.650	1.556
Total	(1.613)	(751)	41.766	(12.297)
Redução (aumento) em ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(19.468)	43.982
Estoques	-	-	1.678	10.300
Despesas antecipadas	8	(5)	(5.133)	4.078
Impostos diferidos	-	-	3.591	314
Outros créditos	65	347	34.982	(33.319)
Aumento (redução) em passivos operacionais:				
Fornecedores	(10)	(44)	13.069	(24.115)
Obrigações tributárias	3	(2)	(6.386)	(5.159)
Salários e encargos	3	(6)	(1.475)	(3.657)
Adiantamentos de clientes	-	-	(5.240)	7.892
Outras contas a pagar	-	-	(839)	(7.196)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.544)	(1.242)	50.188	2.325
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	-	-	-	(2.295)
Juros pagos	-	-	(7.447)	(9.497)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais depois do imposto de renda, contribuição social e juros pagos	(1.544)	(1.242)	42.741	(9.467)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aumento de capital em controladas	(11.110)	-	-	-
Dividendos recebidos	-	35	-	-
Adições ao ativo imobilizado	-	-	(3.183)	(568)
Baixas de ativo imobilizado	-	-	230	-
Adições ao ativo intangível	-	-	(1.586)	(374)
Baixa do Intangível	2.551	-	8.586	-
Adições de direito de uso	-	-	(813)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(8.559)	35	3.234	(942)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Participação de acionistas minoritários	-	-	(570)	(1.576)
Amortização de debêntures	-	-	65	(718)
Captação de empréstimos	-	-	17.258	34.781
Liquidação de empréstimos	-	-	(14.397)	(44.789)
Contraprestação de arrendamento	-	-	(3.520)	(4.476)
Operações de mútuos	9.289	1.634	(42.068)	22.716
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	9.289	1.634	(43.232)	5.938
Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(814)	427	2.743	(4.471)
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	878	451	10.835	15.306
No fim do exercício	64	878	13.578	10.835
Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(814)	427	2.743	(4.471)

Petróleo fecha em alta, recuperando parte das perdas após tombo em 2 dias, com tensões no radar

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta nesta quarta-feira, 25, recuperando uma pequena parte das perdas que sofreram nos dois últimos dias, quando tombaram fortemente seguindo a diminuição dos prêmios de risco pelas tensões no Oriente Médio. Na ausência de novos desdobramentos que potencialmente afetem os fluxos da região, outros temas tendem a voltar a dominar as atenções, com destaque para as cotas de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+).

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o contrato de petróleo WTI para agosto fechou em alta de 0,85% (US\$ 0,55), a US\$ 64,92 o barril. O Brent para setembro, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), avançou 0,39% (US\$ 0,26), a US\$ 66,43 o barril.

Os contratos futuros sofreram uma rápida queda após um acordo de cessar-fogo entre Israel e o Irã, acumulando recuo de mais de 10% na semana. Isto é Dinheiro

Elekeiroz S.A.

CNPJ nº 13.788.120/0001-47 - NIRE 35300323971

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025
Data, Hora e Local: Em 30/04/2025, às 10hs, em Várzea Paulista/SP, realizada por teleconferência. **Mesa:** Francisco Fortunato (Presidente); Ricardo Tadeu Rovida Silva (Secretário). **Convocação:** Dispensada, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Deliberações aprovadas:**
Em AGO: **1. Aprovada** as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, que foram publicados em 30/04/2025, no Jornal Data Mercantil (págs. 26 a 27). **2. Aprovada** a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2024 no valor de R\$ 22.510.256,56, para a conta de prejuízos e lucros acumulados. **3. Aprovada e ratificada** a verba global para a remuneração total dos administradores da Sociedade (membros do Conselho de Administração e da Diretoria), independentemente do ano em que os valores forem efetivamente atribuídos ou pagos, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição dessa verba entre os administradores. **4. Aprovada** a reeleição dos conselheiros, para compor o Conselho de Administração da Sociedade, com vigência do mandato até a AGO/2028: (i) **Francisco Fortunato**, brasileiro, químico, para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Domingos Fortunato Neto**, brasileiro, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração, e (iii) **Filippo Cattozatto Fortunato**, administrador de empresas, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; Para fins de registro os eleitos atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76, conforme declarações arquivadas na sede da Sociedade. **Em AGE:** **5. Aprovado** o aumento de capital social no valor de R\$ 1.106.800,01, decorrente de recursos do reinvestimento ano calendário 2022, registrados na conta Reserva de Incentivos Fiscais, conforme comprovação da regularidade de aplicação dos recursos liberados para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, originados do benefício fiscal de "redução por reinvestimento" de 30% do IRPJ devido, passando o capital social da Companhia ao valor de R\$ 50.106.800,01, totalmente subscrito e integralizado, sem subscrição de novas ações. **6.** Nova redação do Estatuto Social: "Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 50.106.800,01, dividido em 31.192.316 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **7. Aprovada** a consolidação do Estatuto Social. Nada mais. Várzea Paulista (SP), 30/04/2025. JUCESP nº 181.063/25-6 em 06/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Edital para Conhecimento de Terceiros Prazo de 10 Dias

Processo nº 1047415-70.2018.8.26.0053

Dr. Randolfo Ferraz de Campos Juiz de Direito da 14ª Vara de Fazenda Pública – Foro Central da Comarca de São Paulo. **Faz Saber** que a **Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô**, move uma ação de Desapropriação em face de **Adilson Luiz Henrique, Ivete Aparecida Henrique, Alexandre Henrique e Maria Cassiari**, objetivando o imóvel localizado à Avenida Ragueb Chohfi, 2.316/3.032/3.036 (atual 3.032/3.032A/3.032B), Parque Boa Esperança, nesta Capital, contribuinte nº 194.015.0021. E para fins de levantamento dos depósitos efetuados, em momento oportuno e, se em termos, foi determinada a expedição do presente edital, com o prazo de 10 dias, nos termos do artigo 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, contando o prazo a partir da primeira publicação no D.J.E. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. **Nada Mais.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2025.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
www.datamercantil.com.br

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA
MERCANTIL**
São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Green4T Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 09.117.366/0001-10

Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)								
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Prejuízos acumulados		Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023				2024	2023
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	541	32	13.461	8.531								
Contas a receber	3.178	2.063	66.972	44.178								
Estoques	1	-	3.962	5.970								
Impostos a recuperar	1.111	22	21.346	15.094								
Outros créditos	442	1.034	9.829	7.507								
	5.273	3.151	115.570	81.280								
Não circulante												
Partes relacionadas	83.329	51.304	134.465	88.985								
Impostos diferidos	-	-	-	3.591								
Outros créditos	-	28.613	1.453	30.021								
Investimentos	52.784	38.912	-	109								
Direito de uso	3.635	5.668	4.534	6.378								
Imobilizado	-	-	8.120	9.515								
Intangível	115.472	119.718	116.565	121.140								
	255.220	244.215	265.137	259.739								
	260.493	247.366	380.707	341.019								
Total do ativo												
	260.493	247.366	380.707	341.019								
Passivo e patrimônio líquido												
Circulante												
Fornecedores	622	88	29.417	14.165								
Empréstimos e financiamentos	-	-	20.914	12.877								
Arrendamento mercantil	2.004	2.054	2.491	2.658								
Obrigações tributárias	245	-	9.730	5.734								
Salários e encargos sociais	1.497	62	10.264	11.137								
Adiantamentos de clientes	-	-	6.806	8.222								
Outras contas a pagar	-	-	3.906	765								
	4.368	2.204	83.528	55.558								
Não circulante												
Empréstimos e financiamentos	-	-	9.821	16.249								
Arrendamento mercantil	2.775	4.950	2.908	5.337								
Debêntures	275.955	253.285	275.955	253.285								
Obrigações tributárias	-	-	3.482	1.152								
Adiantamentos de clientes	-	-	4.105	7.929								
Provisões	-	-	5.983	5.891								
Partes relacionadas	671	3.517	17.916	12.123								
Outras contas a pagar	-	-	30	28								
	279.401	261.752	320.200	301.994								
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)												
Capital social	26.281	26.281	26.281	26.281								
Prejuízos acumulados	(51.337)	(45.167)	(51.337)	(45.167)								
Outros resultados abrangentes	1.780	2.296	1.780	2.296								
	(23.276)	(16.590)	(23.276)	(16.590)								
Participação de acionistas não controladores	-	-	255	57								
	(23.276)	(16.590)	(23.021)	(16.533)								
Total do passivo e patrim. líquido												
	260.493	247.366	380.707	341.019								
Demonstrações dos Resultados Abrangentes												
Lucro líquido do exercício	(6.170)	(42.627)	(6.122)	(42.622)								
Outros resultados abrangentes	(516)	(1.935)	(366)	(2.105)								
Resultado na conversão das demonstrações financeiras de controladas situadas no exterior	(516)	(1.935)	(366)	(2.105)								
Resultado abrangente total do exercício												
	(6.686)	(44.562)	(6.488)	(44.727)								
Diretoria												
Márcio Jose Martin – Diretor												
Eduardo Casasanta Marini – Diretor												
Contador												
Diego Pereira de Araújo – CRC-SP 306.048/O												

Juros: votação do IOF no Congresso pressionam taxas longas, e curtas ficam estáveis

Com a agenda doméstica fraca e comunicação telegráfica pelo Comitê de Política Monetária (Copom) de que a Selic ficará no patamar atual de 15% por um longo período, os juros futuros percorreram a segunda etapa desta quarta-feira em relativa estabilidade na ponta curta da curva. Já os vértices intermediários e longos foram pressionados pela incerteza em relação ao quadro fiscal.

O mercado ficou atento ao Congresso: a votação pautada para hoje pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que revoga o decreto do governo com o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) elevou as taxas a partir de 2027.

Isto é Dinheiro

Associação Ponto Positivo

CNPJ/MF nº 16.775.720/0001-69

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária/Eletiva a realizar-se em 31 de dezembro de 2024

Data, Hora e Local: A Assembleia Geral Ordinária/Eletiva da Associação Ponto Positivo será realizada no dia 31 de dezembro de 2024 (terça-feira), às 10h00, na sede da Associação, situada à Rua Eunice Weaver, nº 242, Bairro Jardim Anália Franco, São Paulo/SP, CEP 03333-060. **Convocação, Presença e Quórum de Instalação:** Nos termos do artigo 22º do Estatuto Social, ficam convocados todos os associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária/Eletiva. A instalação ocorrerá em primeira convocação às 10h00, com a presença mínima de 2/3 dos associados com direito a voto. Caso não seja atingido o quórum necessário, a Assembleia será realizada em segunda convocação às 11h00, com a presença dos associados presentes, conforme previsto no parágrafo único do referido artigo. **Ordem do Dia:** • Aprovação das contas da Associação referentes aos exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024; • Eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal. São Paulo/SP, 04 de dezembro de 2024. **Paulo Roberto Gemelli Junior** – Presidente em Exercício. (26, 27 e 28/06/2025)

Thomson Reuters Brasil

Conteúdo e Tecnologia Ltda.

CNPJ/MF 00.910.509/0001-71 – NIRE 35.226.848.310

Ata de Reunião de Sócios realizada em 26 de junho de 2025

Data, Hora e Local: às 09:00 horas do dia 26 de junho de 2025, na sede da Sociedade, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7.815, 6º andar da Torre 1, conjuntos 601A e 602A, bairro Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05425-905. **Convocação e Presença:** Fica dispensada a convocação visto que compareceu a única sócia da Sociedade, representante da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Marcelo Chaves de Mello**; e Secretário: **Rafael Mechi Nunes**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da sociedade. **Deliberações:** Decide a sócia aprovar a redução do capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, em R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada, lida e assinada pelos presentes. São Paulo, 26 de junho de 2025. **Mesa:** **Marcelo Chaves de Mello** – Presidente; **Rafael Mechi Nunes** – Secretário. **Sócia:** **Bedrijsbeheer TRA B.V.** p.p. **Marcelo Chaves de Mello**.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ/MF nº 45.281.813/0001-35

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
2025		2024		2025		2024		2025		2024	
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	648.806	533.995									
Contas a receber de clientes	7.609	10.731									
Estoque	45.719	39.677									
Ativos biológicos	124.909	123.984									
Adiantamentos a fornecedores	14.434	17.379									
Impostos a recuperar	34.211	29.740									
Ativo fiscal corrente	6.895	933									
Instrumentos financeiros derivativos	18.959	29.908									
Depósitos judiciais	-	33.512									
Outros ativos	1.166	2.463									
Total do ativo circulante	902.708	822.322									
Não circulante											
Depósitos judiciais	2.012	2.103									
Impostos a recuperar	11.033	11.185									
Instrumentos financeiros derivativos	7.062	141									
Ativo fiscal diferido	20.595	12.392									
Outros ativos	145	192									
Total do realizável a longo prazo	40.847	26.013									
Investimentos	1.292	733									
Propriedades para investimento	814	1.632									
Direito de uso	382.390	330.943									
Imobilizado	802.681	725.458									
Intangível	1.395	1.273									
Total do ativo não circulante	1.188.572	1.060.039									
Total do ativo	2.132.127	1.908.374									
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	159.247	169.754									
Debêntures privadas	4.287	-									
Parceria agrícola a pagar	109.383	103.606									
Fornecedores	90.872	107.200									
Impostos e contribuições a recolher	23.979	35.598									
Salários e férias a pagar	22.826	27.037									
Adiantamentos de clientes	19	598									
Outras contas a pagar	507	1.039									
Instrumentos financeiros derivativos	38.564	26.255									
Dividendos a pagar	-	-									
Total do passivo circulante	449.684	510.368									
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	882.561	887.433									
Debêntures privadas	183.868	-									
Parceria agrícola a pagar	293.363	243.156									
Fornecedores	1	620									
Impostos e contribuições a recolher	-	12.148									
Partes relacionadas	46.480	27.200									
Instrumentos financeiros derivativos	15.863	9.931									
Provisões para contingências	7.664	10.211									
Total do passivo não circulante	1.429.800	1.190.699									
Patrimonial líquido											
Capital social	271.500	113.447									
Reserva de lucros	8.866	127.638									
Reservas de reavaliação	2.485	2.722									
Ajustes de avaliação patrimonial	(23.821)	(36.500)									
Prejuízos acumulados	(6.387)	-									
Total do patrimônio líquido	252.643	207.307									
Total do passivo	1.879.484	1.701.667									
Total do passivo e patrimônio líquido	2.132.127	1.908.374									

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	Capital		Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	social	Integrar-lizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31/03/2023	113.447	-	5.834	74.193	3.040	(79.689)	116.825
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(318)	-	318
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(558)	558
Ganhos (Perdas) líquidos de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Hedge accounting sobre empréstimos	-	-	-	-	20.225	-	20.225
Hedge accounting sobre NDF	-	-	-	-	46.059	-	46.059
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(22.537)	-	(22.537)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	61.565	61.565
Constituição reserva legal	-	-	3.122	-	-	(3.122)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.830)	(14.830)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	44.489	-	(44.489)	-
Saldo em 31/03/2024	113.447	-	8.956	118.682	2.722	(36.500)	207.307
Aumento de capital	-	39.281	-	-	-	-	39.281
Aumento de capital social conforme AGE de 28/06/24	158.053	(39.281)	(90)	(118.682)	-	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(237)	-	237
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(1.537)	1.537
Ganhos (Perdas) líquidos de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Hedge accounting sobre empréstimos	-	-	-	-	39.444	-	39.444
Hedge accounting sobre NDF	-	-	-	-	(18.122)	-	(18.122)
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(7.106)	-	(7.106)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(8.161)	(8.161)
Saldo em 31/03/2025	271.500	-	8.866	2.485	(23.821)	(6.387)	252.643

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Usina Santa Fé S.A. ("Santa Fé" ou "Companhia") tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa - SP, e têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados

da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço. Adicionalmente, explora outras culturas agrícolas em complemento ao cultivo da cana-de-açúcar. Durante a safra 2024/2025 a Santa Fé obteve uma moagem de 4,2 milhões de toneladas de cana. O mix de produção praticado na safra 2024/2025 foi

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Francisco Sylvio Malzoni Gavotti - CEO Acir Jardim Coelho Filho - Diretor Industrial Genaldino Torres - Diretor Administrativo-Comercial João Paulo Rogante - Diretor Agrícola Thiago Rossi Pinto - Diretor Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da Usina Santa Fé S.A., Nova Europa - SP, **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santa Fé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/03/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações

financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do valor justo dos ativos biológicos:** Conforme mencionado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31/03/2025, a Companhia possuía saldo de R\$ 124.909 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante. Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia, às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 6) e 10) são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstra-

ções financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedi-

mentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 24/06/2025.

ERNST & YOUNG José Antonio de A. Navarrete
Auditores Independentes Contador
CRC SP-027623/F CRC SP-198698/0

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Agropecuária Nova Europa S.A.

CNPJ/MF nº 55.925.275/0001-28

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL		2025		2024	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5			
Contas a receber de clientes	9.810	24.369			
Outros ativos	13	13			
Total do ativo circulante	9.827	24.387			
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	36	36			
Imobilizado	139.269	139.291			
Total do ativo não circulante	139.305	139.327			
Total do ativo	149.132	163.714			
Passivo					
Circulante					
Fornecedores			63	9	
Passivo fiscal corrente			4	-	
Dividendos a pagar			2.259	2.489	
Outros passivos			39	34	
Total do passivo circulante			2.365	2.532	
Não circulante					
Passivo fiscal diferido			44.160	44.161	
Total do passivo não circulante			44.160	44.161	
Total do passivo			46.525	46.693	
Patrimônio líquido					
Capital social			7.481	7.481	
Reserva de lucros			9.460	23.874	
Reserva de reavaliação			81.720	81.720	
Ajustes de avaliação patrimonial			3.946	3.946	
Total do patrimônio líquido			102.607	117.021	
Total do passivo e patrimônio líquido			149.132	163.714	

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Reserva de Lucros		Reserva de reavaliação		Lucros acumulados		Total	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial					
Saldos em 31/03/2023	7.481	2.246	14.161	81.720	3.946	-	-	109.554	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	9.956	-	9.956	9.956
Destinações:									
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.489)	(2.489)	(2.489)	(2.489)
Reserva de retenção de lucros	-	-	7.467	-	-	(7.467)	-	-	-
Saldos em 31/03/2024	7.481	2.246	21.628	81.720	3.946	-	-	117.021	-
Distribuição de dividendos	-	-	(19.992)	-	-	-	-	(19.992)	(19.992)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	7.438	-	7.438	7.438
Destinações:									
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.860)	(1.860)	(1.860)	(1.860)
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.578	-	-	(5.578)	-	-	-
Saldos em 31/03/2025	7.481	2.246	7.214	81.720	3.946	-	-	102.607	-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		2025		2024	
Vendas de produtos		9.662	11.596		
Lucro bruto		9.662	11.596		
Despesas administrativas e gerais		(1.926)	(1.280)		
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		-	(3)		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		7.736	10.313		
Líquidas e impostos		1	1		
Receitas financeiras		(15)	(11)		
Despesas financeiras		(14)	(10)		
Despesas financeiras e variação cambial líquidas		7.722	10.303		
Lucro antes do IRPJ e CSLL		(285)	(347)		
IRPJ e CSLL correntes		1	-		
IRPJ e CSLL diferidos		7.438	9.956		
Lucro líquido do exercício		7.438	9.956		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		2025		2024	
Lucro líquido do exercício		7.438	9.956		
Resultado abrangente total		7.438	9.956		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		2025		2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais		7.438	9.956		
Resultado do exercício		7.438	9.956		
Ajustes para:					
Depreciação, exaustão e amortização:		22	16		
Depreciação (agrícola e indústria)		(1)	-		
IRPJ e CSLL diferidos		7.459	9.972		
Variações em:					
Contas a receber de clientes		(1.372)	(5.134)		
Outros ativos		-	3		
Depósitos judiciais		-	(1)		
Fornecedores		54	(79)		
Passivo fiscal corrente		286	344		
Outros passivos		5	(8)		
IRPJ e CSLL pagos		(282)	(347)		
Caixa e equivalentes de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.150	4.750		
Fluxos de caixa proveniente/usado nas atividades de investimentos		-	(31)		
Aquisição do imobilizado		-	(31)		
Caixa e equivalente de caixa líquido usado nas atividades de investimentos		-	(31)		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		(6.151)	(4.719)		
Caixa e equivalente de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(6.151)	(4.719)		
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1)	1		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril		5	4		
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		4	5		
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1)	1		

1. Contexto operacional: A Agropecuária Nova Europa S.A. ("Companhia") tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerês/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECAN). **2. Base de preparação:** a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC): As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 24/06/2025. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Roberto Malzoni Filho - Diretor
 Maria Malzoni Romanach - Diretora
 Eduardo Ferraz Malzoni - Diretor
 Anita Ferraz Malzoni - Diretora
 Fernando Luiz de Mattos Oliveira - Diretor
 Cristiano Alves da Silva - Técnico Contábil - CRC 1SP-295797/0-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da Agropecuária Nova Europa S.A., Nova Europa - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agropecuária Nova Europa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/03/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras,

a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude de maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 24/06/2025.

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes
 CRC SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
 Contador
 CRC SP-198698/O

Ouro fecha em alta com persistência da demanda por segurança, mesmo após cessar-fogo

O contrato mais líquido do ouro fechou em alta nesta quarta-feira, 25, recuperando parte das perdas desta terça, 24, a medida que investidores monitoram de perto o cessar-fogo entre Israel e Irã. Segundo analistas, a demanda por ativos de segurança ainda segue apoiada pela possibilidade de uma nova escalada no conflito, já que os ataques dos EUA parecem ter atrasado o programa nuclear do Irã em apenas alguns meses, de acordo com um relatório de inteligência obtido por alguns veículos de imprensa.

O contrato de ouro com vencimento em agosto avançou 0,27% na Comex, divisão de metais da Bolsa de Nova York (Nymex), encerrando o dia em US\$ 3.343,10 por onça-troy

Isto é Dinheiro

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Solarian Energy S.A.

CNPJ/MF nº 26.664.077/0001-50

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.

As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras (individuais e Consolidadas) Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações da Mutações do Patrimônio Líquido				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	496	-	877	39				
Contas a receber	272	419	1.962	2.148				
Créditos diversos	300	315	300	320				
Tributos a recuperar	-	13	-	25				
Total do ativo circulante	1.068	747	3.139	2.532				
Ativo não circulante								
Partes relacionadas	31	450	-	145				
Créditos diversos	-	-	327	-				
Investimentos	22.456	22.332	-	-				
Direito de uso	-	-	4.931	5.019				
Imobilizado	517	530	33.611	34.238				
Intangível	-	-	5.612	5.675				
Total do ativo não circulante	23.004	23.312	44.481	45.077				
Total do ativo	24.072	24.059	47.620	47.609				
	Controladora	2023	Consolidado	2023				
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	-	332	15	938				
Obrigações sociais e trabalhistas	10	8	20	11				
Obrigações Tributárias	57	95	408	401				
Direito de uso a pagar	-	-	203	195				
Contas a pagar	1.406	2.200	1.406	2.200				
Total do passivo circulante	1.473	2.635	2.052	3.745				
Passivo não circulante								
Partes relacionadas	-	368	-	755				
Contas a pagar	3.514	4.115	3.514	4.115				
Direito de uso a pagar	-	-	4.728	4.824				
Total do passivo não circulante	3.514	4.483	8.242	9.694				
Patrimônio líquido								
Capital social	12.119	12.119	12.129	12.129				
Lucros Retidos (Prejuízos) acumulados	6.966	4.822	6.966	4.822				
Total patrimônio líquido	19.085	16.941	19.085	16.941				
Participação de não controladores	-	-	18.241	17.229				
Total patrimônio líquido	19.085	16.941	37.326	34.170				
Total do passivo e patrimônio líquido	24.072	24.059	47.620	47.609				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Solarian Energy S/A (“controladora”, “Companhia” ou “Solarian Energy”), constituída em 06 de dezembro de 2016 é uma Companhia empresária limitada cuja denominação social é Solarian Energy S/A, com sede na Estrada Municipal Bela Vista (Alphaville), – Alphaville, Santana da Parnaíba, Estado de São Paulo, a empresa alterou seu nome social em dezembro de 2022, com a alteração da sua qualificação societária para Sociedade Anônima, sendo que anteriormente possuía razão social Solarian Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. A Companhia tem como objeto social locação de sistemas solares fotovoltaicos e outras máquinas e equipamentos sem operador, manutenção, reparação e elaboração de projetos de sistema solar fotovoltaicos e participação como sócia ou acionista em outras Companhias. A Solarian Energy S/A possui participação societária nas empresas diretas e indiretas, com o mesmo objeto social da Controladora, com propósito específico de atuar no desenvolvimento de atividades de (i) Locação de sistemas solares fotovoltaicos e outras máquinas e equipamentos sem operador e (ii) Manutenção, reparação e elaboração de projetos de sistemas solares fotovoltaicos de usinas solares e de seus respectivos equipamentos para a geração distribuída de energia solar, bem como seus equipamentos para a geração e distribuição de energia solar, painéis solares, inversores, estruturas metálicas, painéis de distribuição de baixa e média tensão, transformadores e outros componentes relacionados. **2. Políticas contábeis** – As demonstrações financeiras (individual e consolidado) da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base

Demonstrações do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	1.777	1.939	10.128	7.044
Custos	(151)	(193)	(2.460)	(1.195)
Lucro bruto	1.626	1.746	7.668	5.849
Receitas/(despesas) operacionais				
Administrativas e gerais	(546)	(811)	(864)	(1.040)
Resultado com equivalência Patrimonial	3.087	2.048	-	-
Outras receitas operacionais	480	2.723	480	2.743
Resultado antes do resultado financeiro	4.647	5.706	7.284	7.552
Despesas financeiras	(855)	(1.387)	(1.195)	(1.554)
Receitas financeiras	380	41	573	107
Resultado antes dos impostos	4.172	4.360	6.662	6.105
Imposto de renda e contribuição social	(188)	(195)	(1.034)	(643)
Lucro Líquido do exercício	3.984	4.165	5.628	5.462
Participação de não controladores	-	-	(1.644)	(1.297)
Lucro Líquido dos controladores	3.984	4.165	3.984	4.165

em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. Essas demonstrações financeiras foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente não superior a um ano. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 05 de junho de 2025. **Base de Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da sua controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado Operacional antes do imposto de renda	4.172	4.360	6.662	6.105
Ajustes ao lucro				
Depreciação e amortização	13	13	946	509
Depreciação direito de uso	-	-	245	190
Resultado de equivalência patrimonial	(3.087)	(2.048)	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	147	(87)	186	(1.183)
Crédito Diversos	15	(170)	(307)	(166)
Tributos a Recuperar	13	(2)	25	9
Obrigações Tributárias e trabalhistas	(11)	1	(33)	(21)
Tributos diferidos	-	2	21	76
Contas a pagar	(1.395)	3.801	(1.395)	3.772
Arrendamento mercantil – direito de uso	-	-	(157)	(190)
Imposto de renda e contribuição social pago	(214)	(164)	(1.025)	(580)
Caixa líquido gerado (Aplicado) nas atividades operacionais	(347)	5.706	5.168	8.521
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Investimento em controladas e coligadas	2.963	(3.822)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(256)	(5.309)
Intangível	-	-	-	(4.513)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	(332)	197	(923)	803
Distribuição de lucros	(1.840)	(1.000)	(1.840)	(1.000)
Partes relacionadas	52	(1.094)	(679)	(670)
Participação de não controladores	-	-	(632)	2.059
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	496	(13)	838	(109)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	13	39	148
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	496	-	877	39
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	496	(13)	838	(109)

demonstrações financeiras, sendo destacada a participação de acionistas e sócios não controladores, quando necessário, conforme CPC 36 (R3).

Edgard Ferreira Franco – Presidente
Ulisses Sampaio – Contabilista CRC nº 1SP 147.864/O-1

Criptomoe-
das: bitcoin
volta a
avançar,
com queda
de tensão
no Oriente
Médio
estimulando
risco

Bitcoin avançou nesta quarta-feira, 25, com retorno do apetite por riscos seguindo o cessar-fogo no Oriente Médio, e na ausência de novas escaladas de tensões. Autoridades deram sinalizações de busca da diplomacia, enquanto versões sobre o efetivo comprometimento das capacidades nucleares do Irã são colocadas a prova.

Pouco depois das 16h00 (de Brasília), o bitcoin subiu 2,09%, a US\$ 107.632,33, e o ethereum recuava 0,29%, a US\$ 2.427,13, de acordo com cotações da Binance.

O cessar-fogo entre Irã e Israel recolocou os investidores no clima de risco, com as ações perto de máximas históricas. Isso é uma boa notícia para o bitcoin – mas a criptomoeda também estava sendo impulsionada pela queda do dólar.

O índice DXY, que acompanha a moeda americana em relação a uma cesta de outras seis, caiu na terça-feira e agora está sendo negociado perto de sua mínima em um ano, após despencar em meio a preocupações de que tarifas e o principal projeto de lei tributária do presidente Donald Trump prejudiquem a economia americana.

Isto é Dinheiro

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Somente S.A.

CNPJ nº 46.855.495/0001-31 - NIRE 35 300 594 614

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 30/05/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação. Todos os acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa: Presidente:** Michel Burmaian Mendes Pinto; **Secretário:** Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon. **Deliberações aprovadas:** 1. **Mudança de Endereço da Sede Social: Aprovada** a mudança de endereço da sede social da companhia, que passará a vigorar no seguinte endereço: Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial, Barueri/SP. 2. **Mudança de Endereço da Filial: Aprovada** a mudança de endereço da filial da companhia, que passará a vigorar no seguinte endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055 - Cj. 404 - Itaim Bibi - São Paulo/SP. Nova redação do Artigo 2º do Estatuto Social: "Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial, Cidade de Barueri/SP - CEP: 06454-000 e filial abaixo indicada, podendo abrir e manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, por deliberação de acionistas titulares de mais da metade do capital social. Filial 1 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055 - Cj. 404 - Itaim Bibi - Cidade de São Paulo/SP - CEP: 04538-133, inscrita no CNPJ nº 46.855.495/0002-12." 3. **Aumento de Capital Social e Subscrição de Novas Ações: Aprovado** o aumento do capital social da companhia, que passará de R\$ 1.010.000,00 para R\$ 23.000.000,00 (vinte e Três milhões de reais) mediante a emissão de 21.990.000 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, equivalente a R\$ 21.990.000,00, que serão subscritas e integralizadas pelos acionistas da seguinte forma: **Acionista:** HGM Investimentos Ltda.; **Nº de ações subscritas:** 21.990.000; **Valor total da subscrição:** R\$ 21.990.000,00. As ações serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme previsto no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, até a data de 31/12/2026, mediante depósito em conta bancária da companhia. 3.1. Nova redação do Artigo 5º do Estatuto Social: "Artigo 5º - O Capital social da Companhia é composta por 21.990.000 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 ações ordinárias subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 21.990.000 ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31/12/2026." Nada mais. Barueri, 30/05/2025. JUCESP nº 208.210/25-8 em 11/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação Social Sede Objeto e Duração. Artigo 1º. A razão social da Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e que será regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis e **Somente S.A. Único:** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social e na hipótese de ser celebrado um Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"), deverão ser observados os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, na Lei nº6404 de 15/12/1976 conforme alterada (Lei das SA) e, nos casos omissos na legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo - CEP: 06454-000, e filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055 - Cj. 404 - Itaim Bibi - CEP: 04538-133, inscrita no CNPJ nº 46.855.495/0002-12, e NIRE 35 906 410 974, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior por deliberação de acionistas titulares de mais da metade do capital social. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a exploração das seguintes atividades: 86305/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 86305/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86305/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social. Artigo 5º.** O Capital social da Companhia é composta por R\$ 23.000,00, dividido em 23.000.000 de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) ações ordinárias subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 21.990.000 ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31/12/2026." §1º: Cada ação ordinária tem as seguintes características direitos e vantagens: (a) cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a 1 voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia convocada instalada e realizada nos termos deste Estatuto Social, e (b) as ações ordinárias poderão ser convertidas em outras espécies ou classes de ações de emissão da Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral §2º: O capital social poderá por deliberação da Assembleia Geral ser aumentado mediante a emissão de ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir. Fica assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição dos aumentos de capital da Companhia nos termos previstos pela Lei das S.A. §3º: Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas se aplicável. §4º: A Companhia é vedada a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada ano nos 3 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente quando os interesses sociais exigirem mediante convocação pelo Diretor Presidente da Companhia ou ainda pelos acionistas da Companhia observados os quóruns e procedimentos da Lei das S.A e do Acordo de Acionistas. §1º: A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente ou na sua ausência por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente antecipadamente ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos acionistas presentes sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Diretor Presidente. §2º: A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria com no mínimo 8 dias de antecedência da data marcada para sua realização (para assembleias instaladas em primeira convocação) e com no mínimo 05 dias de antecedência (para assembleias instaladas em segunda convocação). Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral declarando se cientes da ordem do dia. §3º: Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. e no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral será considerada instalada, em primeira convocação com a presença dos Acionistas que representem, no mínimo, 80% do capital social com direito a voto, observadas as presenças obrigatórias e materiais quórum qualificada conforme Acordo de Acionistas. §4º: Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento do Acordo de Acionistas, negando cômputo a voto proferido com violação ao Acordo de Acionistas e ao presente Estatuto Social. §5º: Será considerado presente, como se fisicamente presente estivesse, as Assembleias Gerais o acionista que participar das Assembleias Gerais por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, ou equipamentos de comunicação similares por meio dos quais todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral possam ouvir umas às outras, desde que uma cópia assinada do voto proferido por tal acionista, se aplicável, seja entregue por e-mail, carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da Assembleia Geral e ao Secretário antes do encerramento lavratura e assinatura da respectiva ata dentro de 5 dias úteis após a reunião e arquivada na sede da Companhia, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a Assembleia Geral será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. O acionista que participar remotamente assinara fisicamente assim que possível a lista de presença e a ata da assembleia. **Artigo 7º.** Os acionistas terão os poderes para decidir sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral de Acionistas conforme determinado pela Lei das S.A, pelo Acordo de Acionistas e por este Estatuto Social. A aprovação das matérias apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas observara as disposições aplicáveis da Lei das S.A. e as disposições de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas. §1º. Sem prejuízo do disposto no caput, compete à Assembleia Geral de Acionistas deliberar sobre: (a) as contas dos administradores, bem como examinar discutir e aprovar as demonstrações financeiras; (b) eleição e destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal quando e se instalados; (c) alteração em qualquer dos artigos deste Estatuto Social incluindo mudança da atividade preponderante da Companhia; (d) aumento ou redução do capital social; (e) emissão resgate e/ou conversão, pela Companhia de debêntures conversíveis e bônus de subscrição; (f) transformação, cisão, incorporação fusão da Companhia, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reestruturação societária da Companhia (incluindo contribuição de participações societárias por terceiros); (g) deliberação sobre recuperação judicial ou extrajudicial; (h) deliberação para a confissão de falência, liquidação e/ou dissolução da Companhia; (i) eleição e destituição do liquidante bem como do Conselho Fiscal que devesse funcionar no período de liquidação; (j) fixação da remuneração dos administradores; (k) aprovação de distribuição ou retenção de lucros, pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; (l) criação de quaisquer reservas de capital, exceto as obrigatórias; (m) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, distribuição de dividendos em um valor inferior ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social e alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista neste Estatuto Social, e (n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. §2º. Exceto conforme previsto na Lei das S.A. e pelos materiais de quórum qualificado previstos no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia (se aplicável) as matérias em discussão na Assembleia Geral serão aprovadas pelo voto favorável da maioria do capital social total e votante. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 8º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. §1º. O administrador e investido no seu cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria conforme o caso. §2º. O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. O substituto eleito que preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído. §3º. A Assembleia Geral deve fixar a remuneração global dos membros da administração. **Seção II. Diretoria. Artigo 9º.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 Diretores e no máximo 5 Diretores cujas designações serão indicadas pela Assembleia Geral no momento da eleição. §Único. Os diretores serão eleitos para mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. A eleição, destituição e substituição dos diretores ficarão a cargo da Assembleia Geral observados em qualquer caso e no que for aplicável, os termos e condições do Acordo de Acionistas. **Artigo 10º.** A Diretoria é responsável pela administração dos negócios da Companhia, exercendo seus poderes de acordo com a lei, o Acordo de Acionistas, este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 11º.** A Companhia será sempre representada por (i) qualquer um dos dois Diretores individualmente; ou (ii) por um procurador com poderes especiais, desde que tal procurador tenha sido designado por 2 Diretores em conjunto. §1º. A Assembleia Geral poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia em casos específicos. §2º. As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos. Com exceção daquelas para fins judiciais, as procurações terão um período de validade limitado a no máximo 1 ano. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 12º.** O Conselho Fiscal com as atribuições e poderes de lei funcionará em caráter não permanente e somente será instalado a pedido de acionistas conforme o que faculta o artigo 161 da Lei das SA sendo composto por 3 membros. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração. **Capítulo VI. Do Exercício Social Balanços Lucros e Dividendos. Artigo 13º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. §1º. A Companhia poderá levantar balanços intermediários mensais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados. §2º. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte Destinação: (a) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e (b) o lucro remanescente, após as deduções previstas no item (a) acima, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral Ordinária, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral dos Acionistas, observada a legislação aplicável. §3º. A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social no mínimo 1% e não excedente a 100% do seu lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Capítulo VII. Das Disposições Gerais. Artigo 14º.** A Companhia entrara em liquidação nos casos previstos na legislação Aplicável, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, cabendo Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Artigo 15º.** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, prevalecerão as disposições do Acordo de Acionistas se existente. **Artigo 16º.** Na hipótese de qualquer controvérsia, litígio, questão, disputa dúbida ou divergência de qualquer natureza oriunda de e/ou relacionada a este Estatuto Social, inclusive aqueles relacionados à sua existência, formação, aplicabilidade, violação, rescisão, validade e eficácia ("Conflito"), envolvendo a Companhia, seus acionistas e/ou administradores ("Partes Envolvidas"), as Partes Envolvidas enviarão seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade qualquer das Partes Envolvidas deverá notificar a outra de seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por esta Clausula, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão reunir-se para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé ("Notificação de Conflito"). Caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução amigável, dentro de um período de 30 dias após a entrega da Notificação de Conflito de uma Parte à outra o Conflito será resolvido de forma final e vinculante por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA ("Câmara") nos termos de seu Regulamento de Arbitragem ("Regulamento"). §1º. A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem. §2º. O tribunal arbitral será constituído por três árbitros ("Tribunal Arbitral"), cabendo à(s) Parte(s) Envolvidas(s) requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e à(s) Parte(s) Envolvidas(s) requerida(s) de outro indicar um segundo árbitro ou quais, de comum acordo nomearão o terceiro árbitro que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso qualquer das Partes Envolvidas seja a(s) requerente(s) ou a(s) requeridas devesse indicar árbitro todos os três árbitros serão indicados pelo presidente da Câmara, conforme o Regulamento. Caso os 2 árbitros indicados pelas Partes Envolvidas deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da Câmara indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento. §3º. A arbitragem terá sede e local no Município de São Paulo Estado de São Paulo onde será proferida a sentença arbitral. Porém poderá o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. §4º. A arbitragem será realizada em língua portuguesa. §5º. A arbitragem será de direito, aplicando-se as leis da República Federativa do Brasil independentemente de qualquer regra de conflito de leis. É vedado aos árbitros decidir por equidade. §6º. A arbitragem será integralmente sigilosa e confidencial, o que inclui sua existência, e as alegações, documentos e provas apresentadas e produzidas pelas partes no e para os fins do procedimento arbitral. Todas as Partes Envolvidas os árbitros a Câmara e quaisquer outras pessoas envolvidas são obrigadas a respeitar o sigilo e a confidencialidade da arbitragem. §7º. Com exceção dos honorários advocatícios, os quais serão arcados por cada Parte Envolvida, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral. Os custos e despesas cuja causa não possa ser atribuída a uma das Partes serão rateados entre as Partes em proporções iguais, até a decisão final sobre a controvérsia a ser proferida pelo Tribunal Arbitral. A sentença arbitral atribuirá à Parte vencedora, ou a ambas as Partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelo custo do processo, incluindo as taxas e despesas administrativas da Câmara Arbitral, na forma do Regulamento, honorários dos árbitros, honorários advocatícios de sucumbência e honorários dos peritos. Todos os custos despesas e honorários incorridos pela outra Parte Envolvida serão atualizados monetariamente com base na variação acumulada do IPCA, calculado pro rata die para o período compreendido entre a data em que tiverem sido incorridos e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado e ainda, se for o caso, acrescidos de juros de 1% ao mês, calculados pro rata die entre a data da divulgação da sentença arbitral e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado. §8º. As decisões da arbitragem serão finais, vinculantes e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra decisões, ressalvados os pedidos de esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei nº 9 307 de 23/09/1996. §9º. Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação a necessidade de submissão do Conflito a arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos apenas ao Tribunal Arbitral. **SDécimo.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral inclusive da sentença final e eventual sentença parcial; (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei nº 9 307 de 23/09/1996; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas a arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo Estado de São Paulo como o único e exclusivamente competente, renunciando se a todos os outros por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Artigo 17º.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. São Paulo, 30/05/2025.



FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.



datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Após cortes do Match, Bumble anuncia que demitirá 30% dos seus funcionários



O Bumble comunicou nesta quarta-feira, 25, que demitirá quase um terço de sua força de trabalho com o mais recente corte no setor de aplicativos de encontros.

A demissão em massa no Bumble ocorre à medida que as empresas enfrentam desafios no desenvolvimento de recursos para manter os usuários gastando em meio à incerteza econômica.

A medida, que afetará 240 postos de trabalho, ou 30% da equipe do Bumble, faz parte de um esforço mais amplo para reformular a plataforma, já que o setor luta contra o declínio do engajamento dos usuários.

O rival Match também anunciou uma redução de 13% na força de trabalho no mês passado.

As ações da Bumble subiram 22% no início do pregão, mas ainda estão em queda de cerca de 20% no ano.

O valor de mercado da empresa encolheu para pouco mais de US\$500 milhões, em comparação com o pico de cerca de US\$15 bilhões quando se tornou pública em 2021, mostram os dados da LSEG.

As empresas de aplicativos de relacionamento têm lutado nos últimos anos para manter o público engajado em seus aplicativos,

levando a revisões de gerenciamento e pressão de investidores.

Os cortes ocorrem três meses depois que a fundadora Whitney Wolfe Herd reassumiu o cargo de presidente-executiva.

Demissões no Bumble podem custar até US\$ 18 milhões

A empresa elevou nesta quarta-feira sua previsão de receita para o segundo trimestre para uma faixa de US\$244 milhões a US\$249 milhões, comparada com a meta anterior de US\$235 milhões a US\$243 milhões.

Isto é Dinheiro

Vale deixará de usar água em beneficiamento de minério de ferro no Pará até 2027

A Vale vai deixar de usar água no processo de beneficiamento do minério de ferro no Sistema Norte, localizado no Estado do Pará, na floresta de Carajás. Atualmente, cerca de 90% da produção desta região já é feita sem uso de água, método que garante a ausência de rejeitos e, conseqüentemente, do uso de barragens.

No entanto, seis linhas da Usina 1, da Serra Norte, ainda trabalham no sistema anterior e depositam rejeitos na barragem do Gelado, onde a companhia tem um projeto de reaproveitamento dos resíduos.

“Elimina o rejeito e qualquer necessidade futura de barragens, elimina o consumo de água e traz redução de custos, além de simplificar o processo. Quanto mais simples o processo, mais seguro e mais competitivo ele fica”, afirma Gildiney Sales, diretor do corredor Norte da Vale.

Com a projeção de passar a utilizar o método que trabalha apenas com a umidade natural nessas linhas até 2027, a companhia estima que até 2037 todo o material presente na barragem seja reaproveitado na produção.

Isto é Dinheiro



Bobbie Goods: o que se sabe sobre os livros de colorir que viraram mania



Na mais recente edição da Bial do Livro do Rio de Janeiro ele aparece na lista dos mais vendidos, sendo o primeiro lugar da sua editora, os livros da coleção Bobbie Goods. Nesta semana, a Gloda, plataforma especializada em análise de dados dentro do TikTok divulgou que o produto mais vendido no TikTok Shop na última semana foi, ele mesmo, o livro Bobbie Goods.

Esses são apenas dois exemplos do sucesso que os livretos com desenhos para colorir têm feito no Brasil. Uma busca rápida com o nome Bobbie Goods nas redes sociais, principalmente no YouTube e TikTok, vão revelar uma série de páginas

nas e postagens dedicadas ao tema.

Aliás, muito do sucesso da coleção de colorir vem com a ajuda das redes sociais, que ajudaram a divulgar os livros e toda uma gama de atividades relacionadas a eles, como técnicas de pintura, tipos de canetinhas, desafios, novas narrativas. Tem até vídeos ensinando como imprimir o seu próprio desenho Bobbie Goods. Ao mesmo tempo, eles também servem de escape do mundo das telas, sendo uma atividade não só de lazer e passatempo, mas com efeitos terapêuticos.

Os desenhos são bastante simples, até mesmo infantilizadas, mas acabaram conquistando fãs de todas

idades, especialmente os adolescentes e jovens adultos. As imagens são de animais humanizados em situações cotidianas e da natureza.

E, ao contrário do sucesso dos livros de colorir para adultos do passado, os Bobbies Goods trazem uma sequência de desenhos que contam uma pequena história, dentro dos temas: “Dias quentes”, “Do dia para a noite”, “Isso e aquilo” e “Dias frios”.

Outro diferencial é que se popularizou entre os fãs o uso de canetinhas para pintar, o que acabou puxando também as vendas de material de pintura.

Isto é Dinheiro